

Eixo Temático: Inovação e Sustentabilidade

ESTUDO SOBRE O CADASTRO ÚNICO (CADÚNICO) E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) NOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕE A MESORREGIÃO DA GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL – MESOMERCOSUL

STUDY ON THE UNIFIED REGISTER (CADÚNICO) AND BOLSA FAMÍLIA PROGRAM (PBF) IN THE MUNICIPALITIES THAT MAKE UP THE MESOREGION THE GREAT FRONTIER MERCOSUR - MESOMERCOSUL

Angelica Caetane Pelizza, Lorimar Francisco Munretto e Paulo Henrique Vianna

RESUMO

O estudo teve por objetivo analisar as diversidades sob o ponto de vista econômico e social nos municípios que integram a Mesomercosul em relação aos inscritos no Cadastro Único (CADÚNICO) e dos dependentes do Programa Bolsa Família (PBF). Os dados foram coletados por meio de levantamento realizado junto aos Sites do IBGE, Ministério da Integração Nacional (MIN), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em relação aos 396 municípios que integram Mesomercosul. A partir dos dados coletados os resultados demonstram que, 34,35% da população da Mesomercosul está inscrita no CADÚNICO. Analisando individualmente os municípios de cada estado, denota-se maior número de inscritos no CADÚNICO nos 42 municípios do PR., representando 39,48% da população que é de 587.505 habitantes, seguido dos 223 municípios da região do RS., que representam 36,15% da população de 1.986.683 habitantes e dos 131 municípios de SC., que representam 29,38% da população de 1.326.152 habitantes (IBGE/2010). Nesta perspectiva faz-se necessário a introdução de políticas públicas tendo em vista a retomada do dinamismo da economia dos municípios que estão e situação de maior vulnerabilidade social e diminuir as disparidades entre os municípios da Mesomercosul.

Palavras-chave: Mesomercosul, CADÚNICO, Programa Bolsa Família.

ABSTRACT

The study aimed to analyze the differences in the economic and social point of view in the municipalities that make up the Mesomercosul in relation to subscribers in the Unified Register (CADÚNICO) and dependent on the Bolsa Família Program (PBF). Data were collected through a survey conducted among the IBGE Sites, Ministry of National Integration (MIN), Ministry of Social Development (MDS) compared to 396 (three hundred and ninety six) municipalities of Mesomercosul. From the data collected results show that 34.35% of the population is enrolled in Mesomercosul CADÚNICO. individually analyzing the municipalities of each state, shows a greater number of subscribers in CADÚNICO in 42 municipalities of PR., representing 39.48% of the population is 587,505 inhabitants, followed by the 223 municipalities in the RS region., representing 36 15% of the population of 1,986,683 inhabitants and 131 municipalities of SC., representing 29.38% of the population of 1,326,152 inhabitants (IBGE / 2010). In this perspective it is necessary to introduce public policies aimed at the resumption of economic dynamism of the municipalities and situation of greater social vulnerability and reduce disparities between the municipalities of Mesomercosul.

Keywords: Mesomercosul, CADÚNICO, Bolsa Família Program.

1.Introdução

A Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul (Mesomercosul), surgiu pela junção de 396 (trezentos e noventa e seis) municípios dos estados do sudoeste do Paraná, do oeste e centro oeste do estado de Santa Catarina e por municípios do norte e noroeste do estado do Rio Grande do Sul, e apresenta uma extensão territorial de 139 mil quilômetros quadrados.

O agrupamento de vários municípios com características socioeconômicas idênticas surgiu em função do desenvolvimento de ações que reforcem o processo de cooperação, materializando esses esforços em uma ação de desenvolvimento integrado e sustentável, pela mobilização do potencial de desenvolvimento endógeno e objetivando a redução das desigualdades econômicas, sociais e regionais (MESORREGIÃO, 2016).

A Mesomercosul integra o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que foi institucionalizado pelo Decreto nº 6047/2007. Entre os seus principais objetivos, está em, contribuir com a melhoria da qualidade de vida de sua população com base em um modelo de gestão compartilhada para o desenvolvimento, no fortalecimento da base socioeconômica local e mesorregional com base em ações para a inclusão social, para o estímulo à participação e à organização social, e à capacitação dos agentes envolvidos no processo de desenvolvimento com sustentabilidade ambiental, isto é, com manejo racional dos recursos naturais.

Apesar de características históricas e culturais similares a Mesomercosul apresenta uma grande problemática em relação à disparidade socioeconômica, entre os municípios que a compõe. Esta diversidade pode ser constatada pelos valores do índice de desenvolvimento humano (IDHM), PIB per capita dos municípios, do nº de famílias inscritas no cadastro para programas sociais do governo federal (CADÚNICO) e nº de pessoas beneficiárias no Programa Bolsa Família (PBF) etc.

Nesta perspectiva o estudo tem por objetivo descrever as diversidades sob o ponto de vista socioeconômico nos municípios que integram a Mesomercosul. Em termos específicos o estudo visa; i) apresentar os municípios congregados por estado com o nº de inscritos no CADÚNICO e sua dependência de população em relação ao Programa Bolsa Família (PBF); ii) demonstrar o grau de associação entre os dependentes PBF e o Índice Desenvolvimento Humano (IDHM) dos municípios da Mesomercosul; iii) ranquear os municípios com maior e menor número de inscritos e dependência no Programa Bolsa Família (PBF).

O estudo além da introdução, no segundo capítulo apresenta a revisão teórica, no terceiro capítulo apresenta os procedimentos metodológicos utilizados no estudo, no quarto capítulo se descreve os resultados e por fim as conclusões as bibliografias utilizadas no estudo.

2.Revisão Teórica

Neste capítulo apresenta-se a revisão teórica do estudo. Inicia com uma abordagem sobre as mesorregiões, na segunda seção apresenta-se a Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, (Mesomercosul) e após descreve-se sobre o Cadastro Único, Programa Bolsa Família (PBF) com suas origens e finalidades respectivamente.

2.1 Mesorregiões

Na década de 90, percebia-se a necessidade de uma divisão mais precisa para a intervenção das ações do desenvolvimento regional. Nesse sentido ocorreram debates a cerca da integração nacional tendo como pano de fundo as desigualdades territoriais existentes. A partir problemática foi proposto um posicionamento do estado que abordasse da distinção entre a pobreza e a riqueza, o objetivo de políticas governamentais e propunha discutir um meio que

privilegiasse a recuperação dos territórios inseridos no processo de desenvolvimento (CARGNIN, 2014).

A intervenção proposta se deu com a Política Nacional de Desenvolvimento – PNDR, que serviu de base para a identificação dos territórios priorizados, com a utilização dos seguintes critérios de elegibilidade: o rendimento mensal por habitante e a taxa geométrica de variação dos Produtos Internos Brutos (PIB) municipais por habitante.

Segundo o Ministério da Integração Nacional, os objetivos específicos do PNDR são:

I- Dotar as regiões das condições necessárias - infraestrutura, crédito, tecnologia etc. - ao aproveitamento de oportunidades econômico-produtivas promissoras para seu desenvolvimento; II- Promover a inserção social produtiva da população, a capacitação dos recursos humanos e a melhoria da qualidade da vida em todas as regiões; III- Fortalecer as organizações socioprodutivas regionais, com a ampliação da participação social e estímulo a práticas políticas de construção de planos e programas sub-regionais de desenvolvimento; IV- Estimular a exploração das potencialidades sub-regionais que advêm da magnífica diversidade socioeconômica, ambiental e cultural do país.

Ao analisar esses indicadores por microrregiões geográficas, com exceção da região norte, que apresenta municípios com grandes dimensões territoriais, obteve-se como resultado uma classificação das microrregiões ou municípios em quatro categorias regionais: de alta renda, dinâmicas, estagnadas e de baixa renda. As prioritárias são consideradas as dinâmicas, as estagnadas e as de baixa renda.

Em escala sub-regional a PNDR atua pelo Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais, fazendo uso do recorte territorial das mesorregiões diferenciadas e sub-regiões prioritárias no caso do semiárido. Assim foram reconhecidas 13 (treze) mesorregiões diferenciadas no Brasil.

A Figura 1 indica as 13 (treze) mesorregiões diferenciadas estabelecidas pelo PNDR, sendo Alto Solimões, Bico do Papagaio, Chapada do Araripe, Chapada das Mangabeiras, Grande Fronteira do MERCOSUL, Bacia do Itabapoana, Metade Sul do Rio Grande do Sul, Seridó, Vales do Ribeira e Guaraqueçaba, Vale do Rio do Acre, Vales do Jequetinhonha e do Mucuri, Xingó e Águas Emendadas.

Figura 1: Regiões diferenciadas – PNDR



Fonte: CARGNIN A. P. Política Nacional de Desenvolvimento Regional e Repercussões no Rio Grande do Sul. Mercator, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 19-35, jan./abr. 2014.

Das treze regiões apresentadas por meio da figura 1, destacamos a Mesomercosul que é formada por 396 (trezentos e noventa e seis) municípios dos estados do sudoeste do Paraná, do oeste e centro oeste do estado de Santa Catarina e por municípios do norte e noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

2.2 Mesomercosul

A Mesomercosul apresenta uma população equivalente a quatro milhões de habitantes. Uma das identidades mesorregionais é a inserção nas Bacias Hidrográficas do Rio Uruguai, que compõe os municípios gaúchos e catarinenses e a do Rio Paraná os municípios do Paraná. Se estruturam em um histórico de semelhanças físicas e socioeconômicas que reforçam suas identidades históricas e culturais.

A partir de um Plano de Desenvolvimento Sustentável, da área da Bacia do Rio Uruguai, apresentado em 1997 ao Ministério do Planejamento e do Orçamento, que tinha como elemento estruturador a bacia hidrográfica abrangia os Estados vizinhos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (MESOMERCOSUL, 2016).

Através da semelhança se observou que os municípios vizinhos do Paraná, além de história e culturas semelhantes, compartilhavam de problemas de dinamismo histórico e demográfico semelhantes. Tal fato desencadeou uma grande união de diferentes atores sociais resultando em um rico aprendizado para a participação política e social. Constituindo um grande patrimônio social da Mesorregião e que tem sido modelo para o restante do país.

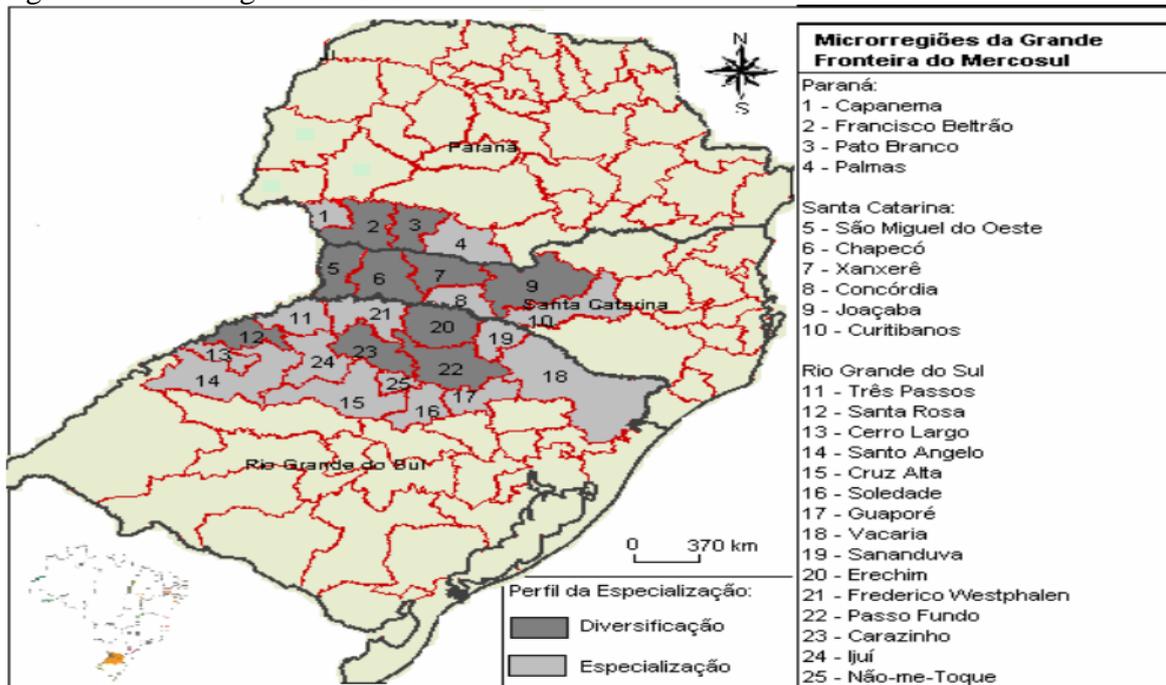
A Mesomercosul é formada por sete Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES, composta por 223 municípios do estado do Rio Grande do Sul, que integram os seguintes Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), Alto Jacuí, Produção, Missões, Fronteira Noroeste, Médio Alto Uruguai, Várzea, Celeiro, Alto da Serra do Botucarai.

No estado de Santa Catarina os 131 (cento e trinta e um) municípios que integram a grande mesorregião do Mercosul, estão ligados a 9 (nove) associações de municípios: AMAI,

AMARP, AMAUC, AMOESC, AMEIROS, AMOC, AMNOROESTE, AMOSC e AMPLASC e no estado no Paraná os 41 (quarenta e um) municípios que fazem parte da Mesomercosul, integram a Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná - AMOSP.

A Figura 2 apresenta as microrregiões que integram a Mesomercosul e seu perfil da especialização produtiva, com 10 (dez) microrregiões com perfil de diversificação econômica e 14 (quatorze) microrregiões com perfil de especialização.

Figura 2: Microrregiões da Grande Fronteira do Mercosul - Mesomercosul



Fonte: Lima, F. J; Eberhard, C. P.H. Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul: Perfil locacional do desenvolvimento regional. REDES, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 2, p. 134-151, maio/ago. 2010.

Lima et. al. (2010), explica que as microrregiões com fortes disparidades internas e com baixo adensamento de população apresentam maior grau de especialização. Explicita que, ao longo do tempo com o aumento dos contingentes populacionais estimulados pelo dinamismo da economia tende a ampliar a base produtiva e estimular a diversificação das atividades. Considerando as microrregiões apresentadas, em seu conjunto, 57% são altamente especializadas.

Analisando as microrregiões regionalmente, o Estado de Santa Catarina apresenta um perfil mais diversificado e o Rio Grande do Sul um perfil mais especializado, o que significa que há uma distribuição mais justa do emprego formal entre os três setores econômicos nas microrregiões catarinenses.

A Mesomercosul demonstra problemas econômicos e sociais, bem como também um grande potencial de alavancagem do desenvolvimento a partir de um capital social e natural (MESOMERCOSUL, 2016).

2.3-Cadastro Único

O Cadastro Único (CADÚNICO) foi criado em 2001 e está regulamentado pelo Decreto nº 6.135/07, sendo coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), com o

objetivo de ser utilizado para a seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal, entre os quais o PBF.

As informações do CADÚNICO podem também ser utilizadas pelos governos estaduais, federais e municipais para obter o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas, possibilitando a análise de suas principais necessidades, e também permitir que sejam realizados monitoramento e avaliação dos efeitos de tais programas na área de assistência social.

O objetivo é o atendimento as famílias de baixa renda. O conceito de baixa renda inclui famílias com renda igual ou inferior a meio salário mínimo por pessoa (*per capita*) ou renda mensal de até três salários mínimos. Famílias com renda mensal total superior três salários mínimos só devem ser cadastradas por demanda para programas específicos, como os programas de habitação e saneamento que utilizem os registros do Cadastro Único para a seleção das famílias. (MDS, 2016).

Pode ocorrer a exclusão do cadastro da família, pelo governo local, do CADÚNICO apenas e tão somente quando ocorrer:

I-Falecimento de toda a família; Recusa da família em prestar informações; ou II- Comprovação de omissão de informações ou prestação de informações falsas pela família e que caracteriza má fé. III- Quando passado o período de dois anos, e os cadastros não tenham sido atualizados ou revalidados, o governo local (município) poderá excluí-los se, no decorrer dos dois anos subsequentes a família não tiver sido encontrada para atualização ou revalidação do seu cadastro.

Em casos relacionados aos itens II e III, a exclusão deverá ser realizada após a emissão de parecer social, elaborado e assinado por assistente social do governo local que ateste a ocorrência do motivo da exclusão.

O CADÚNICO constitui-se a porta de entrada das pessoas que querem participar do PBF.

2.4 - Programa Bolsa Família

2.4.1-Origens do Programa Bolsa Família

A política social no Brasil foi instituída como direito a partir da Constituição Federal Brasileira (CFB) de 1988 que no art. 5º em seu primeiro capítulo assegura que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...].

O artigo 203, da CFB, estabelece que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Já o art. 204 da CFB estabelece sobre as ações governamentais na área da assistência social que serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social; II - participação da população, por

meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Considerando o previsto na CFB, por meio da Lei Federal nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004, foi criado o PBF, que tem o objetivo de proporcionar em nível nacional a transferência de renda condicionada a famílias pobres e extremamente pobres.

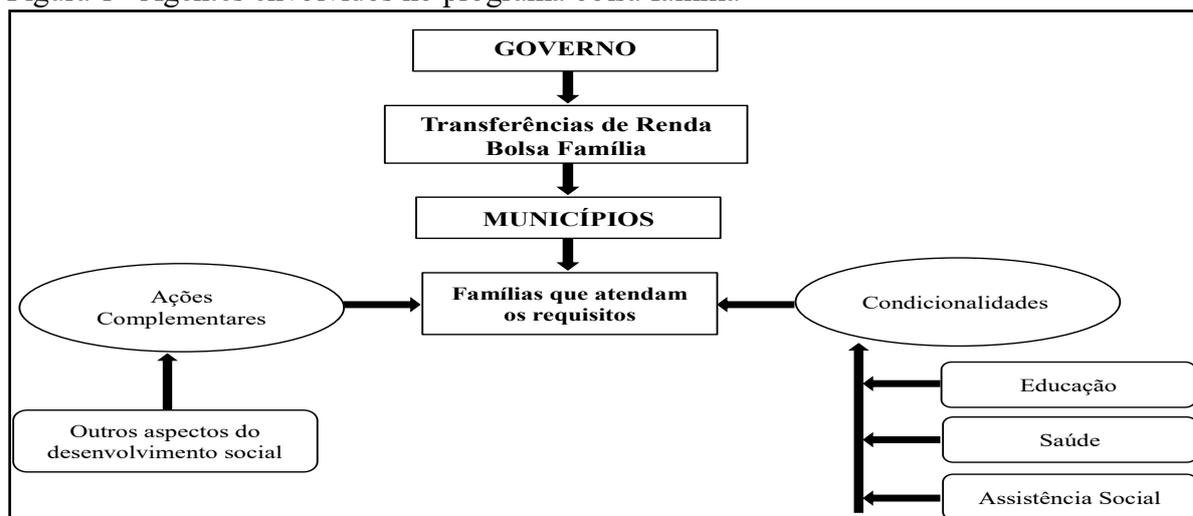
Em 2010, o PBF estava implementado em 5.565 municípios brasileiros e no Distrito Federal desde o ano de 2006, tendo orçamento em torno de um bilhão de reais mensais atendendo a mais de 13 milhões de famílias em todo território nacional (SILVA, 2010).

O cadastramento dos beneficiários do PBF é realizado pelos órgãos municipais de assistência social, por meio de informações inseridas pelo município no CADÚNICO (agente operador), ficando a gerência do programa a cargo do MDS Social e as operações de pagamento sob-responsabilidade da Caixa Econômica Federal (LEMONS et al, 2012).

2.4.2 Eixos e condicionalidades do PBF

Os eixos do PBF estão representados por meio da Figura 1, que demonstra os agentes, os procedimentos e condicionalidades para receber o benefício do PBF.

Figura 1 - Agentes envolvidos no programa bolsa família



Fonte: Adaptado de Pinto et al. (2010). O programa bolsa família de 2004 a 2010: efeitos do desenvolvimento regional no Brasil e em suas regiões. Qualit@s Revista Eletrônica. Vol.17. n° 1.

Os recursos são repassados pelo governo federal as famílias residentes nos municípios, que atendam aos requisitos exigidos para receber o benefício do PBF. Por outro lado as famílias beneficiárias devem atender as exigências (condicionalidades) do programa.

O quadro 1 - Área de concentração, condicionalidades/publico alvo e previsão legal PBF.

Área de Concentração	Condicionalidades/ Público Alvo	Previsão Legal
Educação	Crianças de 06 a 15 anos de idade devem ter frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os adolescentes de 16 e 17 anos devem ter frequência mínima de 75%.	Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004. Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, e Portaria nº 251, de 12 de dezembro de 2012.
Saúde	As gestantes e nutrizas devem comparecer às consultas de pré-natal a assistência ao puerpério. Já as crianças menores de 07 anos de idade deverão cumprir o calendário de vacinação e realizar o	Lei nº 10.836 de 09 de Janeiro de 2004; Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, e Portaria nº 251, de 12 de dezembro de 2012.

	acompanhamento do seu crescimento e desenvolvimento.	
Assistência Social	As crianças e adolescentes de até 15 anos de idade, em risco ou retiradas do trabalho infantil, exige-se a frequência mínima de 85% da carga horária relativa aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.	Portaria MDS nº 666, de 28 de dezembro de 2005; Portaria nº 251, de 12 de dezembro de 2012.

Fonte: Adaptado de Banco Mundial. MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Bolsa Família.

O não cumprimento das condicionalidades resulta em advertência no primeiro registro de descumprimento e a partir da segunda ocorrência de descumprimento, a família fica sujeita às seguintes sanções:

I- Bloqueio do benefício por um mês, no segundo registro de descumprimento; II- Suspensão do benefício por dois meses a partir do terceiro registro de descumprimento, e, reiteradamente, a partir da ocorrência de novos efeitos no benefício por descumprimento; III- Cancelamento do benefício somente após registro no Sistema de Condicionalidades - SICON de que a família foi inserida em serviço sócio assistencial de acompanhamento familiar do município e, cumulativamente.

As famílias que podem participar do Programa são todas as famílias com renda por pessoa de até R\$77,00 mensais e famílias com renda por pessoa entre R\$ 77,01 até R\$154,00 mensais, desde que tenham em sua composição crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos.

O valor básico do benefício é de R\$77,00, entretanto os benefícios variam. As famílias recebem um adicional de R\$35,00 a cada criança na família (até cinco crianças) de 0 a 15 anos, ou gestante, ou Nutriz (alimentação de bebês até 6 meses). Para as famílias que possuem adolescentes com idade entre 16 e 17 anos (até dois adolescentes) há um benefício adicional de R\$42,00 mensais. Por fim há o benefício para a Superação da Extrema Pobreza, onde há um valor pago às famílias que é calculado individualmente com a finalidade de ultrapassar os R\$77,00 ao mês de renda por pessoa (MDS).

3. Metodologia

O estudo possui abordagem metodológica quantitativa. Para Richardson (1999, p.70), a abordagem quantitativa se caracteriza pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas de estatística ‘...’. Quanto aos objetivos a pesquisa se caracteriza como descritivo. De acordo com Gil(1999), a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. Quanto aos meios de investigação a pesquisa é do tipo documental. Para Silva e Grigolo (2002), a pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não receberam nenhuma análise aprofundada.

Por meio de pesquisa junto aos sites do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério da Integração (MI), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), portal transparência foram coletados os dados relativos à área, densidade demográfica, PIB e PIB per capita, nº de domicílios, média de pessoas por família, pessoas inscritas no CADÚNICO, fixas de renda, pessoas beneficiárias do PBF, IDHM, e valor das transferências do PBF, em relação aos 396 (trezentos e noventa e seis) municípios dos três estados que integram a Mesomercosul.

Os dados foram analisados por meio das técnicas da estatística descritiva, com a determinação da frequência, média, medidas de correlação etc., com o uso do *PASW/Statistical (Predictive Analytics Software)®*. Os resultados serão apresentados por meio de quadros, tabelas com os comentários pertinentes.

4. Apresentação e análise dos resultados

Os resultados do estudo estão organizados pelas seguintes seções. Inicia com a apresentação do número de municípios, a população inscrita no CADÚNICO e beneficiárias no PBF, a segunda seção apresenta a estratificação da renda das pessoas inscritas no CADÚNICO, após a terceira seção demonstra a relação entre os beneficiários do PBF e o IDHM e por fim a última seção descreve os municípios com menor a maior dependência do PBF na Mesomercosul.

4.1-CADÚNICO e PBF na Mesomercosul

A tabela 1 apresenta a quantidade de municípios de cada estado, a população, o nº de pessoas inscritas no CADÚNICO e nº de beneficiários do PBF dos municípios que integram a Mesomercosul.

Tabela 1 - Inscritos no CADÚNICO e Beneficiários do PBF.

Descrição	nº de municípios	População IBGE (2010)	Pessoas CadÚnico (12/2015)	Freq. %	Beneficiários PBF (12/2015)	Freq. %
Municípios Mesorregião do PR	42	587.505	231.927	39,48%	87.231	14,85%
Municípios Mesorregião de SC	131	1.326.152	389.683	29,38%	116.100	8,75%
Municípios Mesorregião do RS	223	1.986.683	718.213	36,15%	255.021	12,84%
Mesorregião Mercosul	396	3.900.340	1.339.823	34,35%	458.352	11,75%
Estado do PR	399	10.439.601	3.651.244	34,97%	1.168.626	11,19%
Estado de SC	294	6.249.682	1.365.947	21,86%	362.541	5,80%
Estado do RS	497	10.695.532	3.101.432	29,00%	1.144.289	10,70%
Brasil	5570	190.732.694	80.954.053	42,44%	40.732.662	21,36%

Fonte: Dados da pesquisa

Os resultados demonstram que (mês de dezembro de 2015), 34,35% da população dos municípios da Mesomercosul estava inscrita no CADÚNICO. Ao se comparar os percentuais de inscritos no CADÚNICO dos municípios que integram a Mesomercosul em relação ao número de inscritos por estado (PR, SC e RS), denota-se que os percentuais apurados da Mesomercosul estão acima da média de inscritos de cada estado. Isso demonstra que a procura por programas sociais governamentais, nos municípios da Mesomercosul estão acima dos percentuais de inscritos nos estados, o que vem da demonstrar a dependência de programas sociais governamentais.

Ao analisar individualmente os municípios de cada estado, denota-se maior número de inscritos no CADÚNICO nos 42 municípios do Paraná, representando 39,48%, seguido dos 223 municípios da região do RS que representam 36,15% da população e dos 131 municípios de SC que representam 29,38% da população do IBGE/2010.

No que se referem aos beneficiários do PBF, os resultados indicam maior dependência do programa nos municípios do PR representando 14,85%, de sua população, seguindo aos municípios do RS, com 12,84% e SC com 8,75% da população do IBGE de 2010.

A tabela 2 apresenta as classes com o percentual da população dos municípios com o benefício do PBF, o número de municípios de cada classe e a frequência.

Tabela 2-Classes com percentual da população no PBF, nº de municípios e frequência.

Percentual da população com benefício do PBF	nº de municípios	%	Média nacional
0,00 a 4,76%	50	12,63%	334 municípios abaixo de 22,65%
4,77% a 9,54%	98	24,75%	
9,55% a 14,31%	82	20,71%	
14,32% a 19,09%	63	15,91%	
19,10% a 22,64%	41	10,35%	
22,65% a 28,64%	35	8,84%	62 municípios acima de 22,65%
28,65% a 33,42%	18	4,55%	
33,43% a 38,20%	3	0,76%	
38,21% a 42,98%	3	0,76%	
42,99% a 47,67%	3	0,76%	
SOMA	396	100,00%	

Fonte: Dados da pesquisa

Dos 396 municípios que compõem da Mesomercosul, os resultados demonstram que 62 municípios apresentam entre 22,65% a 47,57% de suas populações com dependência no PBF, o que está acima da média nacional de 22,65% da população brasileira. Isso indica que 62 (sessenta e dois) municípios que integram a Mesomercosul possuem população com dependência no PBF acima da média nacional. De toda a população que integra a Mesomercosul, 11,75% são beneficiários do PBF.

4.2 - CADÚNICO - Estratificação de renda

A tabela 3 apresenta a estratificação das rendas dos inscritos no CADÚNICO, (mês de dezembro de 2015), em relação à população dos municípios que integra cada estado da Mesomercosul.

Tabela 3 - Municípios Mesomercosul por estado, população, renda e frequência.

Descrição	nº de municípios	População IBGE (2010)	RENDA ATÉ 77,00		RENDA ENTRE 77,01 ATÉ 154,01		RENDA ENTRE 154,01 ATÉ 1/2		RENDA ACIMA DE 1/2 SM	
			Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Municípios Mesoregião do PR	42	587.505	43646	7,43%	53279	9,07%	93484	15,91%	41524	7,07%
Municípios Mesoregião de SC	131	1.326.152	78.445	5,92%	77.757	5,86%	136.859	10,32%	96.611	7,29%
Municípios Mesoregião do RS	223	1.986.683	190.118	9,57%	133.474	6,72%	228.099	11,48%	166.495	8,38%
Mesoregião Mercosul	396	3.900.340	312.209	8,00%	264.510	6,78%	458.442	11,75%	304.630	7,81%
Estado do PR	399	10.439.601	759.742	7,28%	760.584	7,29%	1.452.046	13,91%	678.867	6,50%
Estado de SC	294	6.249.682	291.663	4,67%	276.882	4,43%	488.011	7,81%	306.391	4,90%
Estado do RS	497	10.695.532	1.008.416	9,43%	647.643	6,06%	924.135	8,64%	521.238	4,87%
Brasil	5570	190.732.694	38.919.660	20,41%	14.652.534	7,68%	7.826.874	4,10%	13.936.791	7,31%

Fonte: Dados da pesquisa

Denota-se por meio da tabela 3 que 8% da população da Mesomercosul que está inscrita no CADÚNICO, apresentam renda per capita de até R\$77,01. Este percentual (8%) representa a população que se caracteriza como extremamente pobre, ou em estado de vulnerabilidade social.

Ao se comparar a população com renda per capita de até R\$ 77,00, apresentada nos municípios de cada estado que integram a Mesomercosul, se evidencia que a mesma é superior a média geral dos estados (PR, SC, RS). Isso demonstra que a quantidade percentual da população que está em estado de vulnerabilidade social, dos municípios que compõe a Mesomercosul está acima da média de todos os municípios de cada Estado. Se for comparada

a nível nacional a frequência da população com renda de até R\$ 77,00, representa 20,41% da população do Brasil.

Ao analisar as outras faixas de renda, evidencia-se que 6,78%, da população Mesomercosul apresentam renda per capita R\$ 77,01 à R\$ 154,00, 11,75% declaram perceber renda per capita de R\$ 154,01 até meio salário mínimo e 7,81% com renda acima de meio salário mínimo.

Evidencia-se que a população inserida nas faixas de renda entre 154,01 a meio salário mínimo e acima de meio salário mínimo, dos municípios do PR, apresenta valores percentuais acima da média dos municípios dos estados que integram a Mesomercosul e da nacional. A população dos municípios que integram a Mesomercosul do estado do Paraná com renda de R\$ 514,01 a meio salário mínimo, representam 15,91% da população, o que está acima 10,32% de Santa Catarina e de 11,48% dos RS.

4.3-Relação entre os beneficiários do PBF e o IDHM

Ao se correlacionar estatisticamente a quantidade de beneficiários do PBF de cada estado da Mesomercosul, com o valor IDHM, percebe-se uma forte correlação negativa entre as variáveis.

A tabela 4 apresenta os graus de associação/correlação estatística

Municípios/Estados/ Mesomercosul	Medidas estatísticas	Nível de associação/Correlação
Municípios do PR que integram a mesomercosul	Coeficiente de Correlação	-0,700
	Nível de significância	0,001
Municípios de SC que integram a mesomercosul	Coeficiente de Correlação	-0,7596
	Nível de significância	0,001
Municípios do RS que integram a mesomercosul	Coeficiente de Correlação	-0,7296
	Nível de significância	0,001

Fonte: Dados da pesquisa

Os resultados demonstram forte correlação negativa entre a quantidade de beneficiários do PBF com os valores dos índices de desenvolvimento humano (IDHM). Isso indica que os municípios que integram a Mesomercosul com maior dependência de beneficiários do PBF, apresentam os menores IDHM. Cabe salientar que resultados diferentes não poderiam se esperar, pois, os municípios com maior dependência de programas sociais são os menos desenvolvidos.

4.4 - Municípios com menor a maior dependência do PBF

A tabela 5 apresenta a relação dos 25 (vinte e cinco) municípios da Mesomercosul, com maior e menor quantidade de dependentes do PBF em relação as suas populações e valores de IDHM.

Tabela 5 - Municípios da mesomercosul com maior e menor dependência do PBF

Municípios	Unidade da Federação	População 2010	Beneficiários do PBF (12/2015)	%	IDHM	Municípios	Unidade da Federação	População 2010	Beneficiários do PBF (12/2015)	%	IDHM
REDENTORA	RS	10.222	4873	47,67%	0,631	XAVANTINA	SC	4.142	154	3,72%	0,749
BENJAMIN CONSTANT DO SUL	RS	2.307	1051	45,55%	0,619	SAUDADES	SC	9.016	330	3,66%	0,755
ENTRE RIOS	SC	3.018	1309	43,37%	0,657	VIDEIRA	SC	47.204	1721	3,64%	0,764
JACUIZINHO	RS	2.507	1004	40,06%	0,662	ITAPIRANGA	SC	15.430	552	3,58%	0,771
SAO VALERIO DO SUL	RS	2.647	1048	39,58%	0,642	TUNAPOLIS	SC	4.633	165	3,56%	0,752
CALMON	SC	3.380	1307	38,67%	0,622	SAO DOMINGOS DO SUL	RS	2.926	102	3,50%	0,763
CRISTAL DO SUL	RS	2.826	1005	35,56%	0,660	SAO JOSE DO INHACORA	RS	2.200	75	3,43%	0,747
JABOTICABA	RS	4.111	1407	34,23%	0,658	OURO	SC	7.371	251	3,41%	0,774
SAO NICOLAU	RS	5.727	1924	33,59%	0,645	VICTOR GRAEFF	RS	3.036	102	3,34%	0,777
CORONEL DOMINGOS SOARES	PR	7.238	2342	32,35%	0,600	IPORA DO OESTE	SC	8.413	272	3,23%	0,759
CORONEL BICACO	RS	7.748	2499	32,25%	0,665	LUZERNA	SC	5.599	180	3,21%	0,789
HONORIO SERPA	PR	5.960	1921	32,23%	0,683	CASCA	RS	8.648	270	3,12%	0,785
LEBON REGIS	SC	11.862	3781	31,87%	0,649	PERITIBA	SC	2.988	90	3,01%	0,766
CHARRUA	RS	3.471	1106	31,87%	0,620	VILA MARIA	RS	4.221	124	2,94%	0,761
IRAI	RS	8.078	2568	31,79%	0,691	LACERDOPOLIS	SC	2.197	64	2,91%	0,781
CAMPO NOVO	RS	5.459	1722	31,54%	0,703	IBIRUBA	RS	19.312	549	2,84%	0,765
INHACORA	RS	2.267	714	31,50%	0,673	NOVA BOA VISTA	RS	1.960	49	2,52%	0,768
RIO DOS INDIOS	RS	3.616	1138	31,46%	0,656	LAGOA DOS TRES CANTOS	RS	1.598	38	2,36%	0,789
SAO BERNARDINO	SC	2.679	819	30,59%	0,677	NOVA CANDELARIA	RS	2.751	63	2,29%	0,759
ABELARDO LUZ	SC	17.100	5229	30,58%	0,696	SAO JOAO DO OESTE	SC	6.035	133	2,21%	0,761
LAJEADO DO BUGRE	RS	2.487	756	30,41%	0,613	PAULO BENTO	RS	2.196	47	2,12%	0,710
GRAMADO DOS LOUREIROS	RS	2.269	682	30,06%	0,685	CAPINZAL	SC	20.771	438	2,11%	0,752
JOIA	RS	8.329	2468	29,63%	0,686	IOMERE	SC	2.743	50	1,81%	0,795
IPUACU	SC	6.802	1994	29,32%	0,660	BARRA FUNDA	RS	2.367	40	1,67%	0,763
DEZESSEIS DE NOVEMBRO	RS	2.866	832	29,04%	0,654	TRES ARROIOS	RS	2.855	30	1,05%	0,791

Fonte: Dados da pesquisa

Denota-se por meio da tabela 5, que o município de Redentora no RS, é o campeão de beneficiários do PBF entre os municípios que integram a Mesomercosul. No mês de dezembro de 2015 havia 4.873 beneficiários do PBF, representando 47,67% da sua população de 2010.

Ao analisar os 25 municípios com maior e menor dependência da população em relação ao PBF, denota-se que os percentuais da população variam de 29,04% à 47,67% da população.

Infere-se que nestes municípios a parcela da população com dependência do PBF está acima da média dos municípios da Mesomercosul que representa 11,75% e média nacional de 21,36%. O expressivo contingente da população com dependência do PBF nestes 25 municípios, também se justifica em relação aos menores valores do IDHM apresentados, que variam de 0,600 a 0,657.

Por outro lado, dos 25 municípios analisados, o município de Três Arroios (RS) é o que apresenta a menor nº de beneficiários no PBF, com apenas 30 (trinta) beneficiários, o que representa 1,05% da sua população. Os 25 (vinte e cinco) municípios com menor nº de beneficiários no PBF, os valores do IDHM, variam entre 0,749 a 0,795.

Denota-se que a região que contempla os municípios que integram a Mesomercosul possui desigualdade do ponto de vista econômico e social. Estas diferenças podem ser constatadas pelos altos índices de dependência da população em alguns municípios em programas sociais e pelos baixos IDHM.

Constatações semelhantes foram apresentadas por Cargnin (2014), que afirma que esses municípios apresentam grande dependência econômica das atividades rurais e de agroindústrias, que se somavam a indicadores sociais preocupantes.

Nesta perspectiva, na definição de políticas públicas governamentais, deve-se observar os municípios que apresentam vulnerabilidade socioeconômica, de cada microrregião que integra a Mesomercosul. Pois, ao se analisar o aspecto socioeconômico de forma consolidada dos 396 municípios da Mesomercosul não está se visualizando as dispersões e desigualdades socioeconômicas de muitas microrregiões que integram a Mesomercosul.

5. Conclusões

O estudo teve por objetivo, descrever sobre a diversidade sob ponto de vista socioeconômico dos municípios que integram a Mesomercosul.

Os resultados demonstram que os municípios que integram a Mesomercosul, apresentam desigualdades sob o aspecto socioeconômico em relação aos inscritos no Cadastro Único (CADÚNICO) e os dependentes do Programa Bolsa Família (PBF).

A partir dos dados coletados os resultados demonstram que no mês de dezembro de 2015, 34,35% da população da Mesomercosul estava inscrita no CADÚNICO.

Analisando individualmente os municípios de cada estado, denota-se maior número de inscritos no CADÚNICO nos 42 municípios do PR., representando 39,48% da população que é de 587.505 habitantes, seguido dos 223 municípios da região do RS., que representam 36,15%

da população de 1.986.683 habitantes e dos 131 municípios de SC., que representam 29,38% da população de 1.326.152 habitantes (IBGE/2010).

Ao analisar o número de inscritos no CADÚNICO, com renda *per capita* de até R\$77,00, os resultados indicam que os municípios do estado do RS possuem 9,57% da população, seguido dos municípios do PR com 7,43% e os municípios de SC com 5,92% de suas populações definidas como extremamente pobres.

No que se refere aos beneficiários do PBF, os resultados indicam maior dependência do programa nos municípios do PR representando 14,85%, de sua população, seguindo aos municípios do RS, com 12,84% e SC com 8,75%.

Dos 396 municípios que compõem da mesorregião, os resultados demonstram que 62 municípios apresentam entre 23,53% a 47,57% de suas populações com dependência no PBF, o que está acima da média nacional de 22,65%. A média de dependência do PBF dos 396 municípios da mesorregião corresponde em 11,75% da sua população.

Ao se apurar o grau de correlação entre o número de pessoas beneficiárias do PBF com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), dos 396 municípios da Mesomercosul, os resultados demonstram forte correlação negativa de (0,739) com nível de significância de 0,01. Isso demonstra que os municípios que apresentam maior dependência da população no PBF, apresentam menor valor do IDHM.

Nesta perspectiva a introdução de políticas públicas possibilita a retomada do dinamismo da economia dos municípios que estão e situação de maior vulnerabilidade social e diminuir as disparidades entre os municípios da mesorregião.

Embora na ausência de fundos constitucionais para o financiamento de políticas públicas na Mesomercosul, como fator limitante na implantação das ações do PNDR, cabe o encaminhamento pelos atores regionais de emendas constitucionais vinculadas a projetos de desenvolvimento para os municípios que apresentam maior vulnerabilidade social.

A Mesomercosul apresenta também municípios com pouca dependência de programas sociais e índices de pobreza não elevados e altos índices de IDHM e PIB per capita. Por outro lado inúmeros municípios da mesomercosul apresentam altos índices de dependência de programas sociais com baixos índices de IDHM e PIB per capita.

Nesta perspectiva, se faz necessário um realinhamento de ações governamentais, nos municípios que apresentam desigualdade socioeconômica.

Por fim, sugere-se como novos estudos verificar os dados socioeconômicos dos municípios que integram a mesomercosul em comparação com outras mesorregiões do Brasil e suas disparidades. Também estudo pode se realizado em relação ao perfil socioeconômico dos municípios com maiores e menores IDHM tendo em vista justificar os níveis de dependência de programas sociais governamentais.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, p. 292, 1988.
- BRASIL. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Lei 10.836 de 9 de janeiro de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm. Acesso em: 31 Maio de 2016.
- BRASIL. Decreto Nº 6.135, de 26 de junho de 2007. “Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm. Acesso em: 31 Maio de 2016.
- CARGNIN, A. P. “Política Nacional de Desenvolvimento Regional e Repercussões no Rio Grande do Sul”. Mercator, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 19-35, janeiro, Abril. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mercator/v13n1/1676-8329-mercator-13-01-0019.pdf>. Acesso em 15/04/2016.
- CASTRO, H.; WALTER, M.; SANTANA, C.; STEPANOU, M. “Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira”. In: Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, CEPPAC, Universidade de Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762009000200003>. Acesso em 03 de Março de 2016.
- CAVALCANTE, V. “Análise Crítica do Programa Bolsa Família: Vantagens e Desvantagens”. Fortaleza: UECE, UAB, 2010. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/60252145/ANALISE-CRITICA-DO-PROGRAMA-BOLSA-FAMILIA-VANTAGENS-E-DESVANTAGENS#scribd> Acesso em 01 de Março de 2016.
- CUNHA, R. “Transferência de Renda com condicionalidade: A experiência do Programa Bolsa Família”, In: concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, UNESCO, 2009.
- GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- LEMONS, L.T; RIBEIRO.M.V. “As estratégias de manutenção de das famílias durante o período de bloqueio do programa bolsa família devido descumprimento de condicionalidades.” Vitória: Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, 2012. Disponível em: [http://www.catolicaes.edu.br/fotos/files/AS%20ESTRATEGIAS DE MANUTENCAO DA S FAMILIAS DURANTE O PERIODO DE BLOQUEIO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA DEVIDO DESCUMPRIMENTO DE CONDICIONALIDADES.pdf](http://www.catolicaes.edu.br/fotos/files/AS%20ESTRATEGIAS%20DE%20MANUTENCAO%20DA%20S%20FAMILIAS%20DURANTE%20O%20PERIODO%20DE%20BLOQUEIO%20DO%20PROGRAMA%20BOLSA%20FAMILIA%20DEVIDO%20DESCUMPRIMENTO%20DE%20CONDICIONALIDADES.pdf). Acesso em: 24/05/2016.
- LIMA, F. J; EBERHARD, C. P.H; “Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul: Perfil Locacional do desenvolvimento Regional”. REDES, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 2, p. 134 - 151, maio/ago, 2010. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/download/1304/1528>. Acesso em 11/04/2016.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – “Cadastro Único.” Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico>. Acesso em 01 de Março de 2016.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – “Bolsa Família.” Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>. Acesso em 01 de Março de 2016.

MESORREGIÃO – “O que é Mesorregião”. Disponível em: <http://mesomercosul.org.br/mesoregiao.asp> . Acesso em 01/04/2016.

Mesomercosul – “Mesorregião Grande Fronteira Mercosul”. Disponível em: <http://projetos.unijui.edu.br/cidadania/eventos/I_seminario_de_desenvolvimento/ApresentacaoInstitucionalMesomercosuleForum.pdf> Acesso em 10/04/2016.

PINTO, N.G.M; CORONEL, D.A; BENDER, R. . “O programa bolsa família de 2004 a 2010: efeitos do desenvolvimento regional no Brasil e em suas regiões.” Qualit@s Revista Eletrônica. Vol.17. nº1, 2015.

RICHARDSON, R.J. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, M. O. da S; “O Bolsa Família: problematizando os limites da focalização e dos impactos para redução da pobreza e da desigualdade no Brasil”. Maranhão, p.1-12, 2010.

SILVA, M.B. de. GRIGOLO, T.M. Metodologia para iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão II. Caderno Pedagógico. Florianópolis: Udesc, 2002.

THOMÉ, D. “O bolsa família e a social-democracia”. Acesso em FGV de bolso. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.